

# MUDAR A VIDA DAS MULHERES PARA MUDAR O MUNDO MUDAR O MUNDO PARA NÃO MUDAR O CLIMA!



## VIDA NÃO SE COMPRA NEM SE VENDE

Em qualquer canto que a gente ande, a gente vê coisas estranhas acontecendo. Vários meses de seca, chuva fora de época e muita intensa, água contaminada de veneno, gente triste porque dá um duro danado e não consegue seu próprio sustento nem da sua família. A pessoa que vive do trabalho na terra tem que enfrentar todas estas coisas estranhas. Mas ainda assim tem a terra, terra para plantar, para viver, para fazer festa. Onde vivem as comunidades chamadas tradicionais: índios, quilombolas, camponeses, inclusive aquelas que compartilham o uso do fundo de pasto, dos rios, dos caminhos, é onde a gente encontra mais mata, preservada ou plantada, e muito diversa, com diferentes plantas e bichos. Estas comunidades têm muitos conhecimentos, tem regras próprias de como usar a terra, a água, cuidar das sementes e cultivar e tem uma maneira própria de entender e de dialogar com a natureza.

Só que na sociedade que se acha moderna quem manda, quem é dono do dinheiro, tem uma maneira completamente diferente de olhar para a natureza. Olham para uma mata e enxergam só o que pode ser comprado, o que vira matéria prima de algo que depois será vendido. Pode ser uma mesa ou um telefone celular (que contém vários minérios retirados da natureza). Para eles as pessoas estão separadas da natureza, são superiores e acreditam que a natureza existe para eles usarem como bem entenderem. Nem se incomodam de serem violentos e destruírem tudo o que para eles não tem valor.

Esta destruição é tanta que mais e mais gente fala que é preciso encontrar soluções. O problema são as falsas soluções. Uma delas é cercar um pedaço de mata só para ficar de lembrança ou como um depósito de alguma planta que quem sabe um dia, com mais estudos vai ser usada em um remédio ou recuperar uma planta de comer que não consegue produzir mais. É a “preservação sem gente”. Os parques que vão sendo desenhados em cima de uma terra onde havia gente, gente que soube cuidar daquela mata e por isto ela continua ali. É só começarem a traçar parques, cercar parques, reativar parques para começar a perseguição contra quem mora ali e para aumentar o preço da terra que fica em volta.

Outra falsa solução é cercar um pedaço do que existe na mata, um pedaço do que a natureza faz. Por exemplo: o fato de que as plantas absorvem o gás carbônico e o transformam em oxigênio. Toda pessoa respira oxigênio e expira gás carbônico. Os carros, as fábricas, o estrume do gado jogam mais gás carbônico no ar. E este gás vai se juntando, como se fosse o telhado de uma estufa no nosso planeta. Causando aquelas confusões no clima que a gente falou no começo. Então eles inventaram que poderiam continuar fabricando carros e outras coisas, e criando muito, muito gado. Mas para compensar elas pagariam para manter plantas em pé em outros lugares. Outro exemplo é a polinização. O uso de veneno na agricultura tem causado a morte das abelhas que polinizam, levam o pólen de uma flor para outra, e assim as flores viram frutos. Então este serviço que a natureza faz também pode virar algo que se compra e vende. |

Este jeito de separar, cercar e por preço na natureza e no que ela faz é chamado de “economia verde”. A principal ideia da “economia verde” é que empresas, países que poluem ou utilizam muitos recursos naturais não mudem, mas compensem a destruição que causam pagando para que outras pessoas em outros lugares mantenham a floresta. Eles calculam o equivalente- destruição e compram a compensação em um mercado de crédito de carbono. Este mercado pretende separar, cercar e por preço na capacidade da natureza absorver o gás carbônico. Um jeito de compensar é por meio do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Aqui no Brasil, por enquanto o PSA, não está obrigatoriamente relacionado à compensação e ao mercado de crédito de carbono. Mas o medo que dá é que depois que eles conseguirem nos fazer pensar com cabeça de quem põe preço em tudo seja mais difícil a gente escapar.

Os mecanismos da economia verde, como o PSA, definem os usos que a terra pode ter, por exemplo, cercando áreas que a comunidade não pode entrar, e com contratos de muitos anos, às vezes até 90 anos. Estes usos permitidos nem sempre consideram as vontades das pessoas que nelas vivem e trabalham, nem as formas que as comunidades tradicionalmente têm de organizar sua vida econômica, social, cultural.

A ausência de políticas públicas que garantam condições dignas de vida e trabalho e de uma boa renda para as iniciativas econômicas das comunidades faz com estes mecanismos da economia verde apareçam como a única possibilidade para aumentar o bem estar material das comunidades.

Mas ainda tem mais um problema. A nossa principal preocupação eram aqueles que apresentavam falsas soluções às mudanças climáticas e à destruição da natureza. Agora, também temos que nos preocupar com aqueles que enxergam a defesa do meio ambiente um atraso para o progresso e que o assunto de mudanças climáticas é uma invenção, sendo que eles só vivem fechados numa sala com ar condicionado. É assim que pensam o presidente Bolsonaro, seu ministro do meio ambiente e sua ministra da agricultura. Eles atacam qualquer regulação que limite os lucros das companhias mineradoras, do agronegócio. Não é a toa que o governo federal se nega a assegurar o direito das comunidades quilombolas e indígenas aos seus territórios. Onde nós vemos comunidades e territórios que se cuidam e protegem, eles, usando óculos que distorcem a realidade, veem empecilhos às empresas e seus negócios.

Foto: Elaine Campos



Um exemplo da chegada da economia verde na vida das comunidades foi um episódio com a ONG TNC (The Nature Conservancy). A TNC tem financiamentos ou realiza projetos de compensação para empresas de fertilizantes e agrotóxicos, como a Dow Chemical Company e a Cargill, empresas do setor elétrico e de exploração da água como a Bavaria, a Coca-Cola, a Quito Electrical Contracting Company e a Itaipu Binacional.

Esta organização foi apresentada pela Fundação Florestal às comunidades na Barra do Turvo, em São Paulo. A TNC propôs realizar plantios de árvores em áreas dos quilombos. Eles levariam as mudas, teriam técnicos para ajudar na implantação, recursos financeiros para cercar a área plantada e ofereceram o pagamento de diárias para os moradores que trabalhassem na construção das cercas e plantio das mudas. Uma liderança quilombola relatou que os projetos de conservação ambiental sempre são bem vindos às comunidades, uma vez que existe a permanente necessidade de recuperar áreas e aumentar a biodiversidade. Mas as pessoas começaram a questionar as espécies de árvores que seriam plantadas, que não eram espécies conhecidas por elas. Questionavam também como seria a utilização da área cercada para estas árvores, pois gostariam de continuar transitando nestes locais. Como nunca obtinham respostas concretas e os técnicos da entidade não conseguiam esclarecer as dúvidas, a maioria das agricultoras optou por não participar do projeto da TNC.

No Estado do Paraná a TNC avançou em sua proposta no município de Guaraqueçaba. Com as áreas cercadas, as pessoas da comunidade caíram e perderam a liberdade de transitar nestes locais. Isso causou muitos problemas na comunidade, inclusive fazendo com que as famílias não conseguissem nem plantar para comer, e que os jovens tivessem que ir para a cidade por não conseguirem mais trabalhar na roça. O pouco que as famílias conseguiram manter do seu modo de vida foi de forma "clandestina", tendo que esconder a roça da Polícia Ambiental. Depois de solicitaram por meio do Ministério Público, os agricultores obtiveram a informação que a área estava cedida para a TNC por 99 anos. A comunidade conseguiu reverter este quadro com resistência, se organizando coletivamente e denunciando a exploração do território. Hoje estão se organizando através da produção coletiva em agroflorestas, uma forma que encontraram de sobreviver na terra trabalhando com autonomia. Muitos vídeos e matérias sobre o assunto foram publicados com a intenção de chamar a atenção destes contratos para as outras comunidades e territórios, como os que colocamos a seguir:

"Território em disputa: a economia verde x a economia das comunidades"

<https://bit.ly/2l8uXht>

## UMA VIDA QUE VALE A PENA SER VIVIDA

Mas para garantir que todas as pessoas vivam bem e em harmonia com a natureza é bom a gente explorar outros caminhos que PSA nenhum compra. Aqui trazemos algumas ideias de como pensar, organizar a economia e o trabalho que apontem para soluções melhores, justas e duradouras.

**Agroecologia** é mais do que produzir sem uso de venenos (agrotóxicos) e adubos químicos. É um jeito de entender a vida nas roças, nos terreiros e nos quintais. As roças dependem das nascentes de água, as galinhas gostam de algumas plantas dos quintais, os palmitos e outras frutíferas fazem sombra, a umidade do ar ajuda as plantas da horta...Na natureza tudo está relacionado, interagindo de uma maneira que muitas vezes os nossos olhos não enxergam, mas a gente sabe que existe. Uma vida gerando a outra e as coisas dando conta de existir: acordamos, passamos o café para alertar o corpo e viver o dia. Adiantamos o almoço, damos milho para as galinhas, alimentamos os outros e saímos para nossa roça. No caminho vemos as plantas, limpamos um pouquinho, continuamos olhando as árvores, quando tem muita ou pouca sombra em cima de uma planta, percebemos os insetos que comem as plantas, pensamos em como acabar com eles. Vamos colocando outras plantas para ver se o inseto vai embora, escutamos o barulho da água, o vento que a árvore segura e enxergamos os frutos que foram bicados pelos passarinhos. Nesta sequência de fatos estamos observando a vida acontecer. E esta nossa interação com a terra, com a roça, com as árvores, com os insetos e animais, é a maneira como a gente entende a vida acontecendo e que as relações entre a gente e as plantas podem ser positivas sem violentar ou agredir o ambiente que vivemos. Por isso a agroecologia que fazemos, no nosso dia a dia, é uma maneira de permitir que a vida aconteça. Resistimos porque é através desta maneira de produzir que também queremos gerar renda, garantir alimentação de qualidade para a família e cuidar das pessoas e do ambiente que vivemos. Este conhecimento agroecológico é uma construção coletiva, transmitido entre gerações e fortalecido nos intercâmbios e diálogo de saberes.



Fotos: Glaucia Marques e Sheyla Saori



**Agrofloresta**, para muitos, é apenas uma forma de produzir misturando plantas de ciclo curto (como aquelas que colhemos mais rápido, com 30 dias depois de plantadas) com árvores e outras plantas de ciclo mais longo, copiando a forma como a natureza se cria. Mas a agrofloresta também é uma forma de se colocar no mundo, considerando que somos parte da natureza e que, cooperando com outros seres vivos, podemos criar sistemas de abundância, de diversidade e de vida. Cada ser tem uma função nesse planeta e, trabalhando junto com eles, observando o que eles também querem nos indicar, podemos expressar nosso potencial para que tenhamos mais qualidade e quantidade de vida em sistemas que produzam em abundância! Ao invés de enxergarmos que há competição em todos os lugares, como o capitalismo quer, percebemos a cooperação, quando uma planta mais rústica cria condições para que a outra, que precisa de um lugar melhor, possa produzir. Tem muitos jeitos de fazer agrofloresta. Tem gente que planta em linha diferentes plantas, outros que lançam as sementes todas misturadas. Tem gente que maneja uma floresta que existia desde sempre. Na comunidade quilombola Terra Seca, são as mulheres as principais responsáveis pela condução das agroflorestas e, por isso, preferem as áreas mais próximas à casa, para garantir que estejam sempre sendo manejadas e se mantenham produtivas. Essa é uma forma de produzir e de viver, que respeita os tempos e o trabalho de cada ser vivo, reconhece a sua contribuição e valoriza a cooperação. E como resultado, gera uma produção saudável, muito diversificada e ótima para a saúde de toda a família.



Fotos: Glaucia Marques e Sheyla Saori



A **roça de coivara**, roça de toco, é praticada abrindo uma clareira na mata para cultivar durante certo tempo (3 ou 4 anos) e depois deixar esta clareira se regenerar em mata, cultivando em outro lugar. Por isto também são chamadas de roças itinerantes. É uma forma de produzir utilizada por comunidades e povos tradicionais, e que foi construída e difundida através do tempo e da vida de familiares do antepassado. Quilombolas e indígenas usam a coivara para plantar feijão, milho, mandioca em áreas de baixa fertilidade. Só as pessoas que tem o conhecimento podem manejar o fogo. Elas precisam saber a hora certa, de manhã cedinho, a direção do vento, se faz calor ou frio, como fazer um aceiro. Em geral elas abrem áreas pequenas e algumas delas, em especial as mais antigas, pedem proteção, rezam e apuram os ouvidos para escutar o que diz a natureza.

As roças itinerantes por muito tempo foram a combinação entre cultivo de roça e criação de animais de pequenos portes. Fazia parte de um sistema de alternância de uso do solo. Os porcos eram criados soltos sobre as roças abandonadas, que chamamos de tiguera nas famílias quilombolas, alimentando-se do resto ali existente. As novas roças eram realizadas do lado oposto do rio, para evitar que os porcos delas se alimentassem e/ou as pisoteassem.

Na roça tradicional a busca é pelo equilíbrio entre os elementos da natureza: terra, água, fogo e pela produção de alimento para o físico e para o espírito, que não são separados. As comunidades fortes e confiantes garantem que o fogo seja usado de uma boa maneira. O manejo do fogo pelas comunidades tradicionais não tem nada a ver com os incêndios criminosos que são realizados de maneira ilegal para plantar sobre as florestas, geralmente realizados por grandes donos de terras para abrir cada vez mais áreas para plantios e pasto.

As práticas tradicionais ajudam a construir a agroecologia nos territórios, nos ensinam a ver o tempo e os ciclos da natureza, a interação equilibrada entre pessoas e o ambiente. A agricultura de subsistência, o plantio “pro gasto da casa”, vem sendo produzida através destas roças de coivara por muito tempo. Isso significa que os povos e comunidades tradicionais conseguiram resistir durante todo este tempo porque também tinham suas próprias maneiras de plantar e viver. Garantir que a roça de coivara continue existindo é uma maneira de reconhecer a identidade de um povo, de uma comunidade quilombola, e sobre tudo garantir que estas pessoas possam viver bem em seus territórios.

**Feminismo** é a ideia radical de que as mulheres são gente! Esta frase do movimento feminista chama atenção para que boa parte do trabalho que as mulheres realizam cuidando das pessoas e da natureza não é visto como trabalho. É visto como se fosse uma obrigação sem fim e sem descanso que as mulheres têm porque elas existiriam só para se preocupar com outros e nunca olhar para si mesmas. Também diz que as mulheres não são coisa, uma mercadoria que pode ser comprada ou vendida. Por exemplo, quando organizam o turismo comunitário elas dizem que a comunidade está de braços abertos para receber as pessoas, mas as mulheres não estão disponíveis como agrado da viagem. As mulheres estão sempre em luta para entender elas próprias suas vontades e desejos, para que estes sejam reconhecidos e tenham condições de realiza-los sem humilhações ou violência. Elas querem poder sair de casa sem receio, ir à reunião e estar unidas. Esta luta toda tem muito a ver com a luta para que a natureza não seja considerada uma mercadoria.

**Comuns**, ou bens comuns, são os bens materiais e imateriais que em conjunto não podem se tornar propriedade de uma só pessoa ou empresa. Por exemplo: terra, água, ar, conhecimentos históricos da humanidade como a matemática ou como tratar uma doença com plantas. São também os jeitos como as comunidades se organizam para cuidar destes bens e deles disfrutar. Por exemplo, a forma como um quilombo se organiza para decidir quem abre roça e aonde em um território que é de propriedade coletiva, uma rádio comunitária, os conhecimentos de comunidades sobre sementes e plantas, programas de computador de código aberto (softwares livres) ou babaçuais de onde as quebradeiras de coco tiram seu sustento.

Organizar a vida, o trabalho, e o sustento por meio dos comuns é um convite para atuar em conjunto, uma escola diária de como tomar a decisão que seja a melhor possível para as pessoas que vivem hoje, para as que vão nascer ainda e para a natureza.

Fotos: Cláucia Marques e Sheyla Saori



## RESISTIMOS PARA SEGUIR EXISTINDO

No Vale do Ribeira existe muita luta e há muito tempo. Por exemplo, nos anos duros de conflito pela posse da terra as mulheres tiveram muita coragem, quando eram ameaçadas pelos jagunços não abandonavam suas casas e junto com seus filhos pequenos guardavam o direito de todas e todos seguirem vivendo da terra. Hoje no Vale do Ribeira existem vários movimentos sociais de luta. Alguns deles compartilharam conosco como se organizam e o que pensam sobre economia verde. Estas alianças com os movimentos sociais que se articulam no território são importantes para que possamos continuar construindo lutas e estratégias de resistência.



### CONAQ - Coordenação Nacional de Organização de Assessoria as comunidades negras rurais quilombolas.

A CONAQ é um movimento organizado nacionalmente pelas comunidades quilombolas, e construído através da auto organização das pessoas das próprias comunidades. É através de alianças com outros movimentos, como o movimento agroecológico e o feminista, que as comunidades criam redes e conseguem seguir lutando. A CONAQ defende que os quilombolas são sujeitos de direito, portanto que o governo tem obrigação de olhar para as questões específicas dessas comunidades, como por exemplo a questão do direito ao território. Acredita que, apesar de todas as pessoas negras -na cidade e na roça- sofrerem racismo, os quilombolas têm a necessidade de se auto organizarem para lutarem pelo território e pela reprodução dos seus modos de vida. Atualmente, o movimento tem elaborado bastante sua posição em relação à Economia Verde e questionado a forma como o CAR (Cadastro Ambiental Rural) tem sido utilizado no país, desconsiderando a necessidade das comunidades de declararem seu território coletivamente, e não individualmente, além de ser contra a forma como o processo tem sido feito, mapeando os territórios para “fora” e não para “dentro”. No Vale do Ribeira, a CONAQ se articula com as organizações quilombolas da região, como as Associações de Quilombos, para organizar a luta.

**“Quem fala por Quilombo é Quilombo mesmo!”**

### EAACONE - Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira / MOAB- Movimento dos Ameaçados por Barragens

As histórias da EAACONE e do MOAB se entrelaçam no Vale do Ribeira. A EAACONE nasceu através da luta do MOAB que, desde 89, luta pelos direitos das comunidades e contra o avanço do capital na região, se constituindo como movimento formado principalmente pelos quilombolas na defesa do Rio Ribeira. A EAACONE tem a função de identificar, organizar, articular e assessorar as comunidades na conquista do seu direito ao território. Esteve muito atuante na experiência de Tijuco Alto, onde as comunidades organizadas na luta contra a usina hidrelétrica foram vitoriosas, depois de travar uma longa luta que culminou, em 2016, com uma negativa do Ibama para o pedido de licença de barragem devido “à forte resistência de movimento regional”. Mesmo com essa vitória, o movimento continua em luta porque ainda existem, na Bacia do Ribeira, 14 pedidos de PCH (Pequenas centrais hidrelétricas) e muitos outros de GCH's (Centrais Geradoras Hidrelétricas). As organizações estão fazendo várias oficinas sobre mineração com as comunidades, entendendo que isso vai ser cada vez mais forte e que temos que estar posicionados e preparados. Mesmo que ainda tenhamos muita luta por fazer, sabem que o Vale tem conflito e resistência desde sempre. As cidades de Sete Barras e Registro, por exemplo, hoje só estão livre de chumbo na água por conta dessa luta, que evitou que a contaminação produzido pela mineradora Plumbo (que hoje não tem mais atividade na região) se alastrasse por todo o Vale do Ribeira. **“Terra sim, Barragem não!”**



## MAB – Movimentos dos Atingidos por Barragens

O MAB nasceu através da luta dos atingidos por barragens, principalmente as hidrelétricas. Se formalizou enquanto movimento nacional na década de 90. O MAB tem se unido com outros movimentos e partidos em espaços nacionais porque acredita que precisamos de uma transformação mais ampla na sociedade, que permita que as comunidades tenham condições de viverem e se autodeterminarem, o que não é possível com esse avanço da mineração, do agronegócio e da economia verde. No Vale do Ribeira, o movimento está fazendo luta principalmente contra os projetos de barragens no Rio Ribeira de Iguape. Em Cajati, cidade do Vale do Ribeira, há uma barragem de mineração em estado de alerta, o que tem feito o movimento se organizar melhor no município, principalmente após os crimes de Mariana e Brumadinho, que mobilizaram muito os militantes do movimento. **“Mulheres, água e energia não são mercadoria!”**



## MMM - Marcha Mundial das Mulheres

É um movimento feminista que se organiza em várias partes do mundo para construir a autonomia econômica das mulheres, lutar contra as guerras e a violência contra as mulheres, defender a natureza e os serviços públicos, como a saúde e a educação, como um bem comum. No Vale do Ribeira a Marcha reúne mulheres trabalhadoras, estudantes, urbanas e rurais. Elas promovem a economia solidária e feminista, por exemplo, contribuindo com a organização da feira de economia solidária e agroecologia de Registro; elas denunciam os casos de violência contra as mulheres e apoiam as mulheres que estão vivendo ou já viveram estas situações. Elas se mobilizam contra os ataques dos conservadores contra as mulheres, como está acontecendo com a proposta do governo federal de reforma da previdência que torna a vida das trabalhadoras negras, rurais ainda mais difícil.

**“Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres!”**

## Fórum das Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira



Os encontros do Fórum ocorrem a cada dois meses, de maneira itinerante na região do Vale do Ribeira, nas próprias comunidades envolvidas. Os participantes são pessoas das comunidades quilombolas, indígenas, caboclas, da pesca e caiçaras, que iniciaram um processo de organização a partir da chegada das propostas de privatização das unidades de conservação na região. Também participam deste Fórum algumas organizações e instituições como a defensoria pública, movimentos sociais e ONGs, como apoiadores.

O Fórum está inserido no debate do direito ao território, divulgando os conflitos por terras, que também estão relacionados aos conflitos ambientais da região, para que as comunidades possam se organizar contra essas ofensivas. Entende-se que o Fórum das Comunidades Tradicionais pode ser um espaço de conexão das informações a respeito da ofensiva da Economia Verde na região, além de outros assuntos, como o agronegócio e a mineração que também avançam sobre o território.

julho de 2019



Este folheto foi elaborado pela equipe da SOF com contribuições de companheiras da Marcha Mundial das Mulheres e a leitura crítica e complementações de mulheres de Barra do Turvo dos grupos: As Perobas, Rosas do Vale, Esperança, Margaridas, Rio Vermelho, associação de remanescentes de quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca, e do Cedro e de companheiros da EAACONE e MAB. Crédito das fotos: Elaine Campos, Gláucia Marques e Sheyla Saori. Esta publicação foi realizada com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ). O conteúdo da publicação é responsabilidade exclusiva da SOF e não representa necessariamente a posição da FRL. Somente alguns direitos reservados. Este material possui a licença Creative Commons de “Atribuição + Uso não comercial + Não a obras derivadas” (BY-NC-ND)